

CAPOEIRA



Revista de Humanidades e Letras

ISSN: 2359-2354

Vol. 9 | Nº. 1 | Ano 2024

Site/contato <https://revistas.unilab.edu.br/>

Editores

Dr. Pedro Acosta-Leyva.

email:leyva@unilab.edu.br.

Dra. Juliana Barreto Farias. Email:

julianafarias@unilab.edu.br

Joabson Lima Figueiredo-
UNEB

Licenciado em Letras pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2005) e Especialista em Estudos Literários (2007) pela mesma instituição. Mestre pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2009) no Programa de Pós Graduação em Literatura e Diversidade Cultural (PPGLDC). Doutor no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A ficção e a história: a literatura de Herberto Sales e o *ethos* baiano

RESUMO

Este estudo é o resultado de uma pesquisa que possui em seu esteio o romance de Herberto Sales (1917-1999). O ponto de convergência considerado é a cartografia cultural baiana, em outras palavras, como a Bahia é representada na obra do escritor. A pesquisa foi realizada com o propósito de analisar as representações culturais em três romances do escritor baiano: *Cascalho* (1944); *Além dos marimbus* (1961); e, *Os Pareceres do tempo* (1984). O estudo identificou uma consonância do plano literário com o social e histórico. A fazer do cronista um sujeito histórico, um narrador da história, segundo Walter Benjamin. Na construção do estudo, utiliza-se como referencial teórico-metodológico a Literatura em diálogo com a História.

Palavras-chave: Cartografia Cultural. Literatura. Memória. História. Ficção.

ABSTRACT

This study is the result of a research project based on the novel by Herberto Sales (1917-1999). The point of convergence considered is the cultural cartography of Bahia, in other words, how Bahia is represented in the writer's work. The research was conducted with the purpose of analyzing the cultural representations in three novels by the writer from Bahia: *Cascalho* (1944); *Além dos marimbus* (1961); and *Os Pareceres do tempo* (1984). The study identified a consonance between the literary and the social and historical planes, making the chronicler a historical subject, a narrator of history, according to Walter Benjamin. In constructing the study, Literature in dialogue with History is used as a theoretical-methodological reference.

Key-words: Cultural Cartography. Literature. Memory. History. Fiction.

A ficção e a história: a literatura de Herberto Sales e o *ethos* baiano

*O mito é o nada
que é tudo. O
mesmo sol que
abre os céus É um
mito brilhante e
mudo - O corpo
morto de Deus,
Vivo e desnudo.*

*Este, que
aqui aportou,
Foi por não
ser existindo.
Sem existir
nos bastou.
Por não ter vindo foi vindo
E nos criou.*

*Assim a lenda
se escorre A
entrar na
realidade, E
a fecundá-la
decorre.
Em baixo, a
vida, metade
De
nada,
morre.*

FERNANDO PESSOA
Mensagem
(1934)

1. Ave Bahia: As cartas de aproximar do litoral

O poeta português Fernando Pessoa, em um dos seus poemas mais celebrados, e que dialoga com a história portuguesa e com as conquistas épicas ultramarinas, vaticina um verso atribuído aos velhos marinheiros: “navegar é preciso, viver não é preciso”. Em uma das possíveis leituras do verso, poderíamos destacar a oposição entre a navegação e a vida, tendo como inferência a precisão. É necessário precisão para navegar por mares nunca d’antes navegados, e a imprecisão da vida e dos processos de demarcações culturais alicerçadas pelo colonizador português simbolizam e provocam novos discursos que se transformaram e se reinventam a algo que no passado chamamos e hoje se tenciona a chamar-se de Bahia.

Pensar a *Bahia*, ou melhor, as *Bahias*, como espaço (s) construtivo (s) de uma tradição cultural é condição emblemática para o âmago desta pesquisa. Sobretudo, por uma cartografia discursiva e representativo à cultura brasileira que as identidades

baianas foram delineadas nos aspectos históricos. Desde os seus primeiros alforjes culturais, há algumas centúrias, e pela proposta inicial do povoamento impreciso articulado por Caramuru e sua aldeia *eurotupinambá*, símbolo inicial do hibridismo cultural do primeiro século de colonização. Para Risério,

O século XVI deve ser visto por nós como um período ao mesmo tempo inaugural e experimental. Ninguém sabia ao certo no que tudo aquilo poderia dar. Mas o fato é que, da obra do Governo Geral à expansão da agroindústria açucareira, implantou-se o projeto lusitano para os nossos trópicos. Não exatamente dentro das balizas ou dos trilhos planejados pelos portugueses, é claro. Eles pensaram em termos de transplantação cultural, de reprodução imediata do modelo metropolitano, sonhando uma Nova Lisboa em nossas terras. Mas a mestiçagem genérica e o sincretismo cultural, que já vinha da aldeia eurotupinambá de Diogo Caramuru, se encarregaram de tecer uma outra realidade, original, na Bahia de Todos os Santos e seu Recôncavo. Assim teve início o processo histórico-cultural que fez, de nós, o que somos. (RISÉRIO, 2004, p.49)

O projeto europeu à colonização na América, em síntese, era de reprodução do modelo cultural da metrópole, com o aditivo da proposta de exploração capital em sua máxima ação, um simulacro exequível nos trópicos das possibilidades e dos desafios que a Corte portuguesa iria dirimir no Novo Mundo.

É imperativo dizer que o discurso identitário brasileiro ou a hipótese Brasil surge antes da chegada dos europeus à Bahia. Mas ganha uma representação aqui, em uma terra que o sintagma utópico medieval – *Brazil* – se impôs tão rapidamente, afastando para fora da cena as designações oficiais que a Coroa lusitana determinara, sucessivamente, para a região que então se desvelava aos olhos da Europa – Ilha de Vera Cruz e Terra de Santa Cruz. O comércio do chamado “pau-brasil”, madeira de tinturaria a que os indígenas chamavam ibirapitanga, acelerou a vulgarização do nome. Essa vitória do vocábulo *Brasil*, proveniente do repertório das utopias populares do período medieval europeu, é explicável por três motivos, ao menos. Havia, é certo, o comércio de madeira vermelha. Mas havia, ainda, a existência anterior do mito – aquele “nada que é tudo”, do poema de Pessoa – habitando, há tempos, mapas e mentalidades medievais. E havia, também, o fato de o *Brasil* ter sido, ao longo desse mesmo período medieval, um signo popular (RISÉRIO, 2004), das narrativas ficcionais da Idade Média, sendo mais destacado nas ficções fundacionais da Irlanda, ou as viagens de São Brandão, como espaço edênico na Terra. E não será por acaso as aproximações com as

narrativas de viagem do século XVI sobre a ilha mítica para *ohBrazil!*¹. Desde o século XIII os mapas assinalavam a ilha mítica Brasil da mitologia celta ao extremo oeste da Irlanda. Ao longo dos séculos, a ilha foi sendo deslocada nos mapas até chegar à costa do que conhecemos hoje como América do Sul. Desse modo, as reflexões do texto de Risério, operam com a tradição e oralidade.

A razão é o fato de que, durante séculos, estas tradições hagiográficas retransmitiram o mito do paraíso terreal através das ilhas do mar céltico e do oceano Atlântico. Assim, frei Vicente também contribuía, à sua maneira, para redefinir a origem mítica do nome Brasil. De erros em enganos foi-se sedimentando a assimilação do vocábulo *brasa* ao nome Brasil, perdendo seu significado de origem como metonímia do *Outro Mundo* dos celtas atlânticos:

[...] O tema paradisíaco em estado puro, e não através de longínquas refrações, aparece desde cedo, e a propósito do Brasil, em um texto de Américo Vespúcio, narrador muito mais sóbrio e objetivo do que Colombo. (HOLANDA, 2002, p. 36).

Esse imaginário de uma ilha que apresentava em suas fabulações riquezas e prazeres para o homem medieval, uma cornucópia de desejos que se materializavam abaixo da linha do Equador, uma ilha afortunada das narrativas da cultura popular, uma cartografia que apresentava benesses para o corpo e para o espírito, se apresentava num trecho do livro de São Brandão:

No oceano que esculpe as rochas onde moras, Uma terra enigmática apareceu, é o que contam; Os homens a consideraram uma região de luz e descanso, E a chamaram de O’Brazil, a ilha dos Bem-Aventurados. Ano após ano, na margem azul do oceano, A linda aparição se revelava encantadora e suave; Nuvens douradas encortinavam o mar onde ela se encontrava, Parecia um Éden, distante, muito distante. (BRANDÃO, s/d, on-line).

A ilha Brasil encetou a paisagem da colônia portuguesa na América, e de maneira tácita a própria certidão de nascimento da Colônia – *A carta de Pero Vaz de Caminha* –, bebe nessa fonte com uma potência avassaladora. No imaginário europeu o paraíso terreal toma forma com o surgimento da Carta e com a descrição da sua paisagem. E dentro deste bojo, ainda temos na península Ibérica *A viagem Sancto Amaro*, ou

¹ Para mais informações sugiro a leitura do estudo de Ana Donnard sobre a temática. Toda essa matéria está apresentada e muito bem documentada na obra de Weckman, L. *La herencia medieval del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

conto de Amaro que coloca mais detalhes nestas representações e viagens na Idade Média. A viagem de Amaro foi um dos textos mais lidos na Península Ibérica no período anterior às grandes navegações, e serviu para disseminar o desejo pelo encontro de algo. O que destacamos aqui é a imagética forte desse *outro* lugar, como uma potência discursiva aos portugueses:

“viu muitas árvores frutíferas, flores com bom odor que não há homem que pudesse contar nem dizer. Ali não havia frio, nem calor, mas sempre boa temperatura. Outro elemento das visões é que sempre estão à margem do mundo real, com inversão dos sinais deste mundo. No Paraíso Terral havia também campos de flores e maçãs, laranjas e todas as frutas do mundo.” (KLOB, 1901, p. 517).

No entanto, devemos destacar o esforço notável do Império Português para modular uma nova identidade a essa Terra. Em um primeiro esforço, e a aproveitar a própria ideia de Ilha, desloca-se o topônimo para Ilha de Vera Cruz. É notável nesse movimento a influenciada da recém-criada Companhia de Jesus em sua proposta inicial de conversão dos povos não-cristãos e o desejo de materializar uma nova proposta para a colônia: ser um simulacro da Europa em um novo continente – fato observado em várias cidades que vão sendo batizadas com o “novo” ou “nova” em suas identidades. À guisa de explicação, temos cidades do continente americano com esse prefixo, por exemplo, Nova Iorque e Nova Granada. Essa configuração, em certa medida, seria um simulacro da Europa na América. O fato é que, dentro desse universo de possibilidades entre o desejo de um novo continente projetado na proposta mercantilista e cristã, pela ótica católica, e sob os sopros do imaginário popular sobre a ilha dos prazeres, surgiu a cidade da Bahia.

Para tanto, em seu processo de formação histórica e cultural, a Bahia sempre teve um local destacado no Império Português. Principalmente, no século XVIII, quando tinha uma população maior que a capital do Império, Lisboa, e outras cidades importantes portuguesas. “[...] Daí, como se viu, para Lisboa e outras cidades lusitanas – menores, naquela época, do que Salvador: enquanto a Cidade da Bahia ultrapassava os 50 mil moradores, o Porto e Coimbra contavam, respectivamente, com 30 e 15 mil habitantes. [...]” (RISÉRIO, 2004, p. 228). Esse destaque vai possibilitar uma rasura cultural muito forte desde o início da cidadela – a Vila Velha – do donatário da capitania hereditária Francisco Coutinho, ou ainda o povoamento de Caramuru na

Ponta do Padrão, atualmente o local conhecido como o Farol da Barra.

O atual mapa do território baiano se configura com as terras da divisão das capitanias hereditárias, para ser mais preciso de três capitanias, a saber: a Bahia de Todos os Santos, São Jorge dos Ilhéus e de Porto Seguro. E no decorrer da história a província baiana – nos tempos imperiais – anexou às terras da margem esquerda do São Francisco, que pertenciam a Pernambuco, e perdeu as terras de Sergipe, que conseguiu sua autonomia política.

Refletir sobre o processo histórico formativo da Bahia é escrever sobre uma gênese da história do Brasil. Seria construir escrituras sobre a pertença a um território identitário – e a uma cultura regional que se espraia sobre a exponencial de inventar uma nação. Dentro de uma lógica quase aristotélica, percebemos que, pelo vasto território geográfico, pelos engendramentos histórico-sociais e pela própria construção identitária, que se tornou múltipla e operou discursivamente em uma pluralidade de representações que mesmo estabelecendo uma proposta mais basilar – não fixa – de identidade à cultura do território, outras identidades transitaram e transitam pelos artefatos culturais produzidos no território baiano. Giradert (1987) provoca uma excelente reflexão sobre o papel do mito nas sociedades e destaca que:

nunca foi diretamente conhecido; seu poder evocador é o de um modelo, [...] Como quer que seja, a cada modelo de sensibilidade – ou de pensamento – político corresponde, assim, uma certa forma de leitura da história, como seus esquecimentos, suas rejeições e suas lacunas, mas também com suas fidelidades e suas devoções, [...] todos os poderes do sonho, a representação do “tempo de antes” tornou-se mito. E mito no sentido mais completo do termo: ao mesmo tempo ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora. (GIRARDET, 1987, p. 102-103).

Não obstante, o mito do colonizador como grande aventureiro serviu para plasmar no imaginário nacional o grande debate sobre a identidade nacional e a própria ideia de nação. E logo, n’*Os pareceres do tempo*, do romancista Herberto Sales essa leitura é retomada como um romance fundador do processo colonial. O escritor se lança a escrever a genealogia do território baiano, a narrar em tom épico o desbravar do Novo Mundo pelos portugueses, conduzindo o leitor à reflexão sobre o processo em si, e assim dialogando diretamente com as ficções de fundação da América. A leitura de Doris Sommer, em seu livro *Ficções de fundação*, destaca o período romântico como formativo dessa ficção da América. É interessante que a literatura romântica influencia o escritor

Herberto Sales em seu romance *Os pareceres do tempo*. Logo, o autor irá seguir o modelo romântico, inclusive com o casal heteronormativo, o nativismo e exotismo à paisagem em boa parte do romance. Um ponto diferenciado é o discurso irônico adotado em vários pontos da narrativa, sobretudo à concepção de herói do colonizador.

No ano de 1997, a editora Civilização Brasileira lançou uma edição comemorativa do romance *Os pareceres do tempo* – livro com a primeira edição no ano de 1984 – do escritor baiano Herberto Sales. Na capa da edição comemorativa, foi utilizada uma tela do artista plástico francês Jean-Batiste Debret – *O caçador de Escravos*:



Debret. *O Caçador de Escravos*, ca. 1825 óleo sobre tela 80 x 112 cm, Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (SP):Reprodução fotográfica Pedro Alves de Souza. Disponível em <http://artebrasil.tumblr.com/post/8240675772/debret-o-cacador-de-escravos-ca-1825-óleo-sobre-tela>.

A tela destaca-se no conjunto artístico de Debret no período em que morou no Brasil e dentro do grupo de artistas franceses na famosa missão idealizada por Dom João VI. Na sequência, com a independência do Brasil, Debret e outros artistas franceses ficaram aqui por um período, registrando as imagens da monarquia brasileira e a vida dos brasileiros no Império.

As imagens dos indígenas “selvagens” e europeus “civilizados” retratados por Jean-Baptiste Debret (1768-1848), no início do século XIX, evidenciam os sinais de hibridismo característicos das sociedades americanas coloniais e pós-coloniais. Uma cultura híbrida com as mais variadas e intensas interações étnicas, sociais e culturais entre os povos originários e os demais grupos com os quais eles interagiam. O quadro evidencia, com a mesma intensidade e violência da primeira capa, o escravismo e o capitalismo social, mestiçagem pelo estupro e pela violência. Logo, a leitura que é feita

da América – em seu período colonial e pós-colonial – engendra-se em tessituras que, nas palavras de Canclini,

A mistura de colonizadores espanhóis e portugueses, depois de ingleses e franceses, com indígenas americanos, à qual se acrescentaram escravos trasladados da África, tornou a *mestiçagem* um processo fundacional nas sociedades do chamado Novo Mundo. Na atualidade, menos de 10% da população da América Latina é indígena. São minorias também as comunidades de origem europeia que não se misturaram com os nativos. [...]. (CANCLINI, 2013, p. XXVII).

Não vamos aprofundar aqui a vida e a obra do pintor francês, mas é bastante pertinente para o nosso estudo a eficácia representativa do contexto histórico da pintura e a ficção do autor baiano – as aproximações da forma de ver o outro. Com destaque para o título da tela, que provoca o processo de colonização que opera um discurso de subalternidade aos indígenas, que podemos inferir pela representação da indicação ao caminho a ser seguido e pela travessia do riacho, simbolicamente – a atravessar fronteiras por uma demanda (riquezas, terras, etc.). Destaco ainda o poder do colonizador na imagem – representado aqui por uma posição central e elevada em contraste aos outros personagens e pelo jogo de luz e sombra, que emana uma claridade no caçador, símbolo de uma potência ao discurso do homem europeu.

No entanto, chama a atenção a alteração das capas propostas pela editora entre a primeira edição e a edição comemorativa, com uma possibilidade de interpretação bem mais complexa e violenta que reproduziremos aqui:



A capa da edição de lançamento destaca a violência contra os escravizados oriundos do continente africano, com uma imagem representativa da violência física do período colonial. As duas propostas de capas do romance são simbólicas justamente por representarem a violência da colonização europeia. Até a cruel realidade de um contexto onde “o levar ou o trazer escravos assim acorrentados e amarrados, (...) era fato assaz corriqueiro naqueles tempos, nas ruas da Bahia; ninguém lhes prestava atenção, ou quase ninguém” (SALES, 2000, p. 58).

Nesse mundo antiético, onde o caos e o cotidiano se justapõem – o vai-e-vem de escravizados acorrentados, estranhos transeuntes traficados da África nas ruas da Bahia, a esbarrarem-se com as famílias portuguesas que, se por um lado mostravam religiosidade e temor a Deus, por outro, faziam, na sua maioria, tráfico de escravos, uma grande hipocrisia em que na narrativa assim se apresenta:

Explicou, ainda, o Almeidão a Policarpo Golfão que, tendo em vista que a hospedaria não lhe proporcionava a ele satisfatórios lucros, resolvera, para não ter de resignar-se ao ganho dum sustento sem futuro, buscar em outra atividade a necessária complementação de renda. E que a escolha dessa atividade recaíra no tráfico de escravos, por ser ela, além de lucrativa, de muita respeitabilidade na Bahia. Ademais, quase todos que a ela se entregavam eram portugueses, não os de inferior condição, mas, ao contrário, os de mais representação na colônia; e, tanto isto era verdade, que os portugueses traficantes de escravos tinham mesmo a sua Irmandade própria, que cuidava dos seus interesses deles na sociedade civil e no Foro; e que constituía a

dita Irmandade, em suma, uma respeitabilíssima entidade sócio-jurídica, que se organizara sob a grave invocação de São José. Enfim, a ninguém repugnava – fosse português o sujeito, fosse ele até mesmo brasileiro – a ninguém repugnava traficar com escravos, visto ser esta atividade, no comércio baiano, quiçá do Brasil, um dos ramos mais lucrativos. (SALES, 2000, p. 20)

Ao marcar no romance como foi construída parte da riqueza da elite baiana, de maneira irônica, Herberto Sales constrói no passado uma crítica direta ao presente. O autor assinala um discurso cínico da elite que busca viver sempre pelo lucro desmedido, pela violência e a hipocrisia de escamotear discursivamente com a aceitabilidade da igreja. Ele lança sobre o leitor mais arguto um painel de ações que vão condicionando à elite baiana um estado de primazia à cultura brasileira, tecida sobre um capitalismo escravocrata em todas as suas latitudes.

O tráfico de escravizados praticado pelo padre Salviano Rumeção é por ele cinicamente narrado ao seu amigo Quincas Alçada, justificando-se dessa forma:

A propagação da fé, dos ensinamentos da Igreja; o empenho em manter os fiéis à salvaguarda do Demônio, pregando-lhes a palavra de Jesus, e ensinando-lhes a serem justos uns para com os outros: o piedoso pastoreio das almas, para manter em fervorosa união o rebanho de Deus – se, de fato, todas essas altas atribuições dignificavam e elevavam a missão do sacerdote, não havia, na prática, como preterir, no exercício delas, a pecúnia, a remuneração, o santo e rico dinheirinho (...). E os mártires, como se sabia, tendiam, com o progresso, a desaparecer de todo. (SALES, 2000, p. 27)

Tudo a transcorrer dissimuladamente, num misto de profanação e religiosidade, compondo o decoro hipócrita de uma sociedade impudentemente barroca. A crítica ao projeto religioso e social é ferrenha, sobretudo, pelo processo de catequização e pelo tráfico de escravizados.

Esta reflexão, tendo como ponto de inferência o olhar do outro sobre a América, a provocar um discurso de formação, com base nas narrativas de fundação do século XIX na literatura da América Latina, ponto de influência e releitura da narrativa de Herberto Sales, autor este que é objeto de estudo desta pesquisa, assim como a relação representativa da identidade baiana em seus romances. Para Goés, ao analisar o romance:

Ainda que o romance tenha recebido inspirações de pessoas e fatos do cotidiano, o que ele traz é uma reconstituição do contexto sócio-histórico da época, através da inserção de elementos comuns a ela no Brasil, tais como a escravidão, traficantes de negros escravos,

embates entre brancos e índios, fuga de escravos, a instauração vigorosa da fé católica através de padre jesuítas, principalmente, mas também de outras ordens e sua catequese indígena, construção de igrejas, a conquista da terra, geralmente através de lutas desiguais entre nativos e brancos portugueses, as inter-relações raciais [...] [dentre outros elementos]. (GOÊS, 2010, p. 96).

O romance *Os pareceres do tempo* desvela, em sua trama, os traços da colonização portuguesa na Bahia no final do século XVIII ao início do XIX. Não obstante, a urdidura narrativa pensada por Sales segue um roteiro oposto ao pensado por Canclini, que discorda da premissa básica que para analisar as idas e vindas da modernidade: “[...] os cruzamentos das heranças indígenas e coloniais com a arte contemporânea e as culturas eletrônicas, talvez fosse melhor não fazer um livro. Nem mesmo um filme, nem uma telenovela, nada que se entregue em capítulos e vá de um começo a um fim”. [...]. (CANCLINI, 2013, p. 20).

Os romances nacionais estabelecem uma relação fundamental entre erotismo e política. O amor heterossexual e os casamentos embasam uma série de ideais nacionais, oferecendo uma imagem para a consolidação de uma narrativa não violenta dos conflitos vivenciados pelas nações latino-americanas em meados do século XIX:

O casamento passa a ser, portanto, uma metonímia da consolidação nacional. No século XIX, famílias eminentes constituíam assunto tanto público quanto privado, criando laços estratégicos que eram mais fortes do que as afiliações meramente políticas. Elas preenchem o “vácuo relativo de estruturas sociopolíticas”, na construção de uma organização social que antecede as instituições públicas, incluindo o próprio Estado. (SOMMER, 2004, p. 34-35).

A proposta do romance em cena provoca a pensar na construção dos romances de fundação do século do XIX e, em certa medida, reflete uma literatura que buscava construir uma gênese das novas nações nas Américas, sob o signo da busca da identidade nacional, construindo um novo mundo, dentro dos ideais europeus e provocando um grande simulacro do velho continente em terras ameríndias. Ao lermos o processo literário brasileiro do século XX, avalia-se que o esforço para refletir a identidade nacional foi intenso e proposital para alguns escritores, engajados em revelar um Brasil desconhecido à sua população.

Após a primeira metade do século XX, com o advento do romance fantástico e com várias experimentações no campo linguístico e estrutural do romance, uma possível retomada da narrativa histórica na década de 80 do século anterior, foi uma

tentativa de recolocar a literatura como arte privilegiada a interpretar a nação, mas com provocações. Após o *boom* da literatura da América Latina no final da década de 70 do século passado, em que a ficção brasileira foi bastante influenciada, observamos um retorno ao modelo de narrativa tradicional do século XIX, um retorno que se aproximava da temática e do estético, como uma nova dobra ao discurso da identidade nacional. Podemos inferir ainda que as aproximações se tocam em dois pontos bem nítidos: o mergulho na história nacional e suas representações e a busca por personagens principais em seus relacionamentos heterossexuais e hegemônicos. Por consequência, o escritor Herberto Sales não ambiciona uma cópia, mas uma nova possibilidade de refletir a Bahia, em confluência com personagens históricos e em encontro com o novo, o desconhecido, podendo construí-los com uma liberdade. Como nas palavras de Said:

Considerar “o mundo inteiro como uma terra estrangeira” possibilita uma originalidade na visão. A maioria das pessoas é consciente, sobretudo, de uma cultura, de um ambiente, de um lar; os exilados são conscientes de pelo menos dois, e essa pluralidade de visão dá lugar a uma consciência [sic] que – para utilizar uma expressão da música – é contrapontística ... Para um exilado, os hábitos de vida, expressão ou atividade no novo ambiente ocorrem inevitavelmente em contraste com uma lembrança de coisas em outro ambiente. Desse modo, tanto o novo ambiente como o anterior são vívidos, reais, e se dão juntos em um contraponto. (SAID, 2013, p. XXVIII).

E nesse ponto, o romance *Os pareceres do tempo* – em seu estatuto romanesco – se justifica exatamente por ampliar através de uma linguagem e da temática, as representações da identidade nacional, como uma estratégia romanesca – apresentada pelo seu autor – de narrar a colonização da Bahia do século XVIII, representando culturalmente o Brasil.

A peculiaridade regional, que fizera de Salvador do século XVIII, a cidade “culturalmente mais rica e socialmente mais diversificada” da colônia, iria permitir, ainda, “o aparecimento de uma série de novas formas de diversão entre as baixas camadas [da população]”, transformando a nossa capital não apenas “no primeiro centro produtor de cultura popular urbana do Brasil, mas a garantir para a própria Bahia o título de pioneira na exportação de criações para o lazer de massa cidadina no exterior”. Tinhorão está certo. Os fortes nexos existentes entre a Cidade da Bahia e o Recôncavo, gerando um campo concentrado para o entrecruzamento de informações, constituíam, certamente, uma realidade singular na vida do Brasil Colônia. [...] (RISÉRIO, 2004, p. 227).

Com efeito, a Bahia exporta padrões culturais e sociais para outros espaços

urbanos da colônia. Esse movimento, principalmente de trocas comerciais, começa a difundir a cultura vista na Bahia para outros espaços, e serve como uma condição hegemônica e com traços mais característicos. Assim, o processo histórico baiano se mescla ao nacional, ademais:

[...] a praça baiana, no século XVIII, como “uma das mais comerciais das colônias portuguesas”. E, de fato, era. De acordo com Maria Beatriz Nizza da Silva, é possível afirmar que o núcleo mais forte de negociantes no Brasil Colônia, achava-se concentrado na região da Bahia de Todos os Santos, vindo a seguir, em importância, os grupos mercantis do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Ainda segundo Nizza da Silva, “o corpo dos comerciantes atuava como um corpo coeso sempre que se tratava da defesa dos seus interesses”. Essa coesão, visível para quem quer que consulte a documentação da época, foi fundamental para a sua afirmação na paisagem sociopolítica da Bahia setecentista. (RISÉRIO, 2004, p. 241).

Logo, podemos assinalar que uma baianidade histórica – a identidade baiana formatada no lastro do discurso histórico e identitário – seria uma invenção a partir de um passado grandioso e mítico da Bahia. Retroalimentado pela áurea tradicional e telúrica à formação do Brasil, principalmente com as narrativas e lendas medievais que envolveram o imaginário europeu e as apropriações culturais com os povos originários, formando uma arquitetura intrincada da hipótese Brasil, cuja matriz de construção era a cidade da Bahia – Salvador. E que o romance supracitado exercita esse jogo de símbolos e simulacros à identidade e, mais que isso, registra em uma ficção o seu interlúdio, ou seja, o romance registra o jogo da diferença, um discurso no plano estético e histórico, uma chave de leitura para refletir sobre o processo de colonização e também o processo ficcional da América Latina.

Podemos dizer que onde existe a diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí estão presentes o poder. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. Esse jogo de poder, articulado a partir da saga de duas famílias em construção de sua configuração no Novo Mundo, tendo a Cidade da Bahia como cenário idealizado à aventura. A cidade é registrada como o grande espaço incorporado a narrativa para os acontecimentos do enredo, local mais europeizado do romance. Tal proposta é representativa de um discurso do período colonial e tão emblemático, e carrega em seu bojo os espectros do Velho Mundo para forjar uma nova cultura. Sobre a Bahia do

século XVIII cabe ainda destacar:

Voltando à Cidade da Bahia, devemos dizer que o nosso espaço urbano não se deixava definir apenas por seus prédios imponentes, suas igrejas ricas, seus conjuntos urbanos e suas casas “nobres”. Além de construções como a Casa da Câmara, a Casa dos Sete Candeeiros, o Solar Ferrão, o Berquó, o Cais da Farinha, a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis ou, ainda, a chácara setecentista do Unhão, a cidade possuía inúmeras moradias, dos casebres mais precários aos sobrados senhoriais, muitos dos quais podem ser vistos hoje em dia em nosso “Centro Histórico”. (RISÉRIO, 2004, p. 215).

Essa herança de um passado imponente no qual a Bahia alcançava a sua singularidade e magnitude, dentro do cenário do século XVIII. No caso das identidades nacionais, é extremamente comum, por exemplo, o apelo a mitos fundadores. Elas funcionam, em grande parte, no retorno aqui do conceito operatório em que Anderson chamou de ‘comunidades imaginadas’, que, em linhas gerais, assinala que pessoas que constituem um determinado agrupamento nacional, ela precisa ser inventada, imaginada Logo, um mito fundador, uma pertença. E nas palavras Fundamentalmente um mito fundador remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heroico, épico, monumental, em geral iniciada ou executada por alguma figura “providencial. inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional”, uma narrativa que traça um momento chave da colonização em solo baiano. E aqui, destaca-se o poema em epígrafe de Fernando Pessoa, sobre o mito, esse “nada que é tudo”. Essa identificação que acontece principalmente por uma busca atual de um esplendor ao tempo que Salvador era uma das cidades mais importantes abaixo da linha do Equador, como primeira capital do Brasil, e centro efervescente cultural dos primeiros séculos da colônia, ainda apresentando as primeiras manifestações nativistas fortemente impressas com o olhar cristão / eurocêntrico: os textos basilares dos primeiros cronistas e em especial os poemas de Gregório de Matos, Manuel Botelho de Oliveira e os sermões do Padre Vieira, dentre outros. Esse misto de encantamento com o *modus vivendi*, com uma sexualidade para os colonos – totalmente amasiados – e o contato com os escravizados nativos ou africanos, vistos desde os primeiros relatos sobre Caramuru, como um povo cordial e bem receptivo do outro lado do Atlântico Sul.

O olhar etnocêntrico à formatação de um novo agrupamento social na Cidade da Bahia nos séculos XVII e XVIII, Salvador, afirmando mais uma vez, a condição de maior cidade europeia fora da Europa, mas também o maior agrupamento africano fora

da África, ou seja, um *entre-lugar* cultural e identitário em busca de uma comunidade imaginária que, nas palavras de Hall, nunca é dada, sempre adquirida. Nessa encruzilhada cultural assentam-se várias tradições, sendo o desejo de permanência um ideal a ser adquirido.

Assim, nos debruçamos com mais ênfase no romance *Os pareceres do tempo* como uma narrativa com pontos de inferência à cultura brasileira e a dialogar com a formação da cultura, uma grande transnomação nas formas de narrar o Brasil, e em grande processo metonímico quando se destaca a Bahia como potência a esse discurso. Com efeito, a representar a saga da colonização baiana, com seus respectivos discursos de apagamentos e violências. O amor romântico só existe como hipótese de se formar uma família, da possibilidade do casamento, como forma de dar um padrão social ao novo mundo:

Os romances latino-americanos caminham de mãos dadas com a história patriótica na América Latina. Os livros acenderam a chama do desejo pela felicidade doméstica que invade os sonhos de prosperidade nacional; os projetos de construção da nação conferiram um propósito público às paixões privadas (SOMMER, 2004, p.21)

Sobre este espaço de conflito e mesclas, o romance *herbertiano* assinala em sua narrativa a representação do conflito e da proposta basilar às ficções de fundação, a acrescentar a reflexão ao processo histórico da colonização leituras possíveis e não pacíficas em sua transmissão. Santiago comenta o papel do espaço americano:

A maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de unidade e pureza: estes dois conceitos perdem o contorno exato de seu significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma, mostra-se mais eficaz. A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo. Em virtude do fato de que a América Latina não pode mais fechar suas portas à invasão estrangeira, não pode tampouco reencontrar sua condição de “paraíso”, de isolamento e de inocência, constata-se o cinismo que, sem essa contribuição, seu produto seria mera cópia – silêncio –, uma cópia muitas vezes fora de moda, por causa desse retrocesso imperceptível no tempo, de que fala Levi- Strauss. (SANTIAGO, 2000, p.16).

A solução romântica do amor é uma estratégia para ocultar do leitor as

violências do processo de formação da sociedade americana, ainda herdeira dos costumes europeus e carentes de uma tradição que Alencar, por exemplo, estava tentando forjar em seus romances como algo tipicamente dos trópicos. Na verdade, o amor é a solução desse romancista conservador, permitindo as reuniões entre raças e culturas diferentes no espaço do terreiro, entre a casa dos senhores e a senzala dos escravos. Assim, a região intermediária não fere os espaços estabelecidos, tidos como sagrados na sociedade patriarcal, ninguém passará à casa grande sem fugir deste entre-lugar de negociações sociais e identitárias. No entanto, a ponte no romance romântico é o amor, mera estratégia para escamotear as verdades de uma sociedade em busca de uma face mais bem definida.

De acordo com Bernd, a literatura nos momentos de fundação tem uma função sacralizadora que:

[...] atua em determinados momentos históricos no sentido da união da comunidade em torno de seus mitos fundadores, de seu imaginário ou de sua ideologia, tendendo a uma homogeneização discursiva, à fabricação de uma palavra exclusiva, ou seja, aquela que pratica uma ocultação sistemática do outro, ou uma representação inventada do outro. No caso da Literatura Brasileira, este outro é o negro cuja representação é frequentemente ocultada, ou o índio cuja representação é, via de regra, inventada. (BERND, 1992, p.21)

O romance, com uma narrativa que se constrói no século XVIII, enceta a proposta colonial de dominação do território e exploração dos recursos. Herberto Sales, para enfatizá-la, narra o texto como um cronista utilizando uma linguagem rebuscada e cartorial. Logo, a escolha cria um artifício intencional para criar uma atmosfera de registro, um documento, logo:

[...] Conquanto não haja documentos que indiquem, sob a grave proteção dos arquivos, haver existido em qualquer tempo esse fidalgo, não ousamos pôr em dúvida tão respeitável versão, que até nós chegou sem discrepância, robustecida por mais de dois séculos de tradição local. [...] A pátria lhe tributou, aquinhoando, como de fato aquinhoou, sesmaria no alto sertão da Bahia, então sede do governo colonial do Brasil. (SALES,2000, p.11;13)

Logo, ao trabalhar um romance com essa regressão histórica, o autor lhe imprime uma linguagem talhada aos moldes de cronistas e com pompas quase cartoriais para um registro imponente da saga da colonização do Bahia. Essa concepção de laboriar a narrativa ganha mais um peso no aspecto histórico e cultural do romance,

a provocar uma narrativa que desliza pelo tempo, lenta e descritiva em suas minúcias. É imperativo registrar que o uso dos argumentos no início de cada capítulo funciona como uma síntese e aproxima mais de um modelo proposital de articular discurso romanesco:

Pediu Policarpo Golfão ao Almeidão que o ajudasse a conseguir uma embarcação que pudesse alugar, a fim de nela viajar até Cachoeira com os escravos destinados à sesmaria de Cuia d'Água. E o Almeidão, não apenas prontificou-se a fazê-lo, como alardeou conhecimentos e amizades com as gentes que ali na Bahia se ocupavam daquele mister náutico, que muito iriam facilitar a consecução da empreitada; e, além de facilitá-la, em matéria de pronto atendimento e brevidade de execução, também a tornariam vantajosa, em termos de preço do serviço contratado. [...] (SALES, 2000, p. 43).

A representação cultural da Bahia do século XVIII decorre principalmente pelo percurso e localizações ao longo da narrativa do que denominamos atualmente o Estado da Bahia. Através das viagens percorridas pela personagem Policarpo Golfão, para iniciar o processo de posse de sua sesmaria, e depois nas viagens da fuga para o casamento com Liberata e nas viagens para o manejo do rebanho e ainda a caça aos índios.

Em síntese, o romance representa o processo de colonização e formação cultural da Bahia, sendo uma grande metonímia da própria nação. Nunca é demais lembrar que as palavras cultura, culto e colonização derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*. Essa operação que a língua nos impõe é imperativa para a nossa reflexão, principalmente pela condição fundante da colônia e da cultura do novo mundo. E nesse ponto que a identidade cultural começa ser suturada, uma sutura que se constrói com os elementos sob a égide da cultura europeia. (BOSI:1992)

Nessa genealogia do Brasil-colônia, a narrativa romanesca constrói uma urdidura ao processo colonial de domínio do território e explora a produção das reses nas terras dos sesmeiros, saindo da relação mais recorrente da produção açucareira do Recôncavo – a máquina mercante lembrada pelo poeta Gregório em versos bem ácidos a condição baiana no século anterior. Logo, o romance expande a identidade baiana, do espaço litorâneo e portuário ao sertão, mas, as representações culturais entrelaçadas no romance *Os pareceres do tempo* – com a proposta de obter lucros econômicos e expansão do domínio europeu pelo continente, temos a narrativa da conquista

portuguesa na América.

E, de fato, deu-se que, quando soube o ouvidor-geral que a sesmaria que Policarpo Golfão recebera em doação do Rei ficava situada em Cuia d'Água, na vila de Monte Alto, fez-lhe saber, por sua vez, que na mesma região tinha ele coincidentemente uma fazenda, com lavoura de cana-de-açúcar e fumo, e algum gado. [...] (SALES, 2000, p. 38).

O romance engendra através do esteio ficcional uma memória da fundação do Brasil. Como vimos, o autor é leitor dos estudos de Freyre e Buarque de Holanda e tensiona o enredo se posicionando no mito do conquistador português. Apesar do tom irônico, o romance aborda uma leitura violenta da colonização, realçando em vários pontos mitos como o do individualismo, qualificado como exaltação extrema da personalidade, o espírito aventureiro, a cordialidade, o sentimentalismo sensual, que se exerce sem peias, a plasticidade social, a versatilidade e a tendência à mestiçagem (que já viria dos cruzamentos com os mouros) intensificada pela carência de orgulho racial, atributo que comparece nas caracterizações de ambos os estudiosos. Os vários modos da chamada assimilação luso-africana e luso-tupi: “Policarpo Golfão ficou edificado daquela tradicional e pertinente devoção”. (SALES, 2000, p.19).

Sem poder se configurar como originalidade nem fechar suas portas ao estrangeiro para exercer sua "diferença essencial", a América Latina, entendida como *locus* de enunciação do *entre-lugar*. Isso significa ser, ao mesmo tempo, diferimento, ou repetição e diferença, marca de contestação e contrariedade ou, para utilizar o termo de Silviano Santiago (2002), marca de agressão.

Desse modo, ao descrever a cena, percebemos o estereótipo do violento processo colonial, do extermínio do negro e do povo indígena como representações do embate cultural com a colonização. A narrativa torna-se um simulacro, um corte profundo que provoca tensões, privilegiando a violência discursiva que expõe pela repetição e diferenciação, a fragilidade e os mecanismos do discurso metafísico ocidental. Ao mesmo tempo, o colonizador enriquece seu poder de representação, porque utiliza desse próprio discurso para exercer uma valorização à proposta de colonizar/ catequizar; daí sua atitude sempre a representar a força e grandiloquência da igreja em gestos nada gratuitos: “O tempo deles, depois do desembarque na Bahia, eles em parte e com o proveito o gastaram visitando a igreja da Sé, robustíssima construção de pedra e cal, desólidas linhas de fortaleza, cujos fundos, aliás, davam para a rua Direita do Colégio.” (SALES, 2000, p. 16).

É na literatura latino-americana, campo eleito e privilegiado por Santiago, que se exerce de forma mais contundente o discurso do *entre-lugar*. Nela se aceita a prisão como forma de comportamento e a transgressão como forma de expressão:

Entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão – ali, nesse lugar aparentemente vazio, seu templo e seu lugar de clandestinidade, ali, se realiza o ritual antropófago da literatura latino-americana. (SANTIAGO, 2002, p. 26).

A literatura na América latina não é apenas espaço político ou a entidade nacional, mas um *locus* de representação das situações de dependência e de subordinação que se presta a entender e a interpretar, inclusive outras situações de pretensa supremacia de uma nação ou de uma etnia sobre a outra. Esses elementos são representados na narrativa com ênfase na conquista do território pela colonização portuguesa, com destaque às marcas culturais, tais como a arquitetura e a religião como a opulência dos prédios, uma grande metáfora da riqueza da cultura europeia:

Antes, porém, levou-os Almeidão a conhecer a pequena igreja de Santo Antônio da Barra, erigida no alto dum outeiro, a caminho, embora ainda distante, do dito lugar Chega-Negro. E, em ali chegando eles, depois de atentos ouvirem a Santa Missa, revelou os dois o Almeidão que do alto daquele outeiro, do seu altar na pequena igreja, conquanto fosse ela de Santo Antônio, São José velara pela sorte dos navios que para a África periodicamente iam, em busca de negros escravos. E, dizendo-lhes isto, explicou lhes o Almeidão a razão daquela prestimosa vigilância que o santo havia por bem dispensar aos navios negreiros, deles afastando, a um só tempo, as inconveniências das calmarias e as traições das procelas; é que São José, o casto esposo da Virgem Maria, que piedosamente fez as vezes de pai de Nosso Senhor Jesus Cristo – era padroeiro da devoção dos traficantes de escravos na Bahia. (SALES, 2000, p.46)

Com efeito, essa identidade posta em movimento na América, o *entre-lugar* é uma identificação cultural que não é europeia, nem é americana. Essa proposta de fundacional sob o signo do novo, do simulacro, que é a gênese da cultura baiana.

[...] E Teodoro Rumeção, o ouvidor-geral, satisfiz-lhe de pronto a curiosidade declarando-lhe que tinha mais dois homens e uma moça, Liberata, a mais nova, brasileira, nascida ali na Bahia. Disse, ainda, o ouvidor-geral, ao calor da conversa, tornada tão cordial e amistosa, que, depois que lhe morrera a esposa, a sua pranteada Edwiges, era Liberata, que ainda não casara, que lhe fazia companhia no solar, de que era, em verdade, a senhora, ou a dona da casa, como cá se dizia no Brasil. (SALES, 2000, p. 39).

Esse processo civilizatório opera diretamente na construção identitária baiana – berço da cultura brasileira – como a própria invenção de códigos e costumes com uma forte relação telúrica e com as outras identidades que surgem pelo país se engendram sob a égide do simulacro eurobaiano no Novo Mundo. Leite destaca ainda ao refletir sobre as primordialidades baianas: “em que tantas referências simbólicas logo se fizeram inscrever, dois importantes fundamentos da futura civilização brasileira viram-se logo introduzidos: os elementos da cultura europeia e a fé cristã” (LEITE, 2012, p.47), elementos cruciais no romance de Herberto Sales os *Pareceres do tempo* e que inserem o autor no lastro de escritores que pensam a nacionalidade.

O romance de Sales opera em uma assimilaridade no plano narrativo os conceitos de brasileiro e baiano, como sinônimos do mesmo povo e, principalmente, uma representação do povo em seu *ethos* cultural, logo, ao narrar a história baiana, conta-se a do Brasil. Além disso, há uma aproximação com o romancista Jorge Amado através de personagem e da exaltação à beleza telúrica do Recôncavo, além de uma homenagem carinhosa ao autor grapiúna, pode se inferir também o diálogo de pensar a identidade baiana por estatutos romanescos de cada autor. Desse modo, o romance *Os pareceres do tempo*, lançado em 1984, também teve, no mesmo período, o lançamento do romance de Jorge Amado *Tocaia Grande* (1984) – ainda no mesmo ano do livro de Herberto Sales, em 1984, foi publicado o romance do conterrâneo baiano João Ubaldo Ribeiro outro romance que dialoga tematicamente com os outros dois, *Viva o povo brasileiro*. Ou seja, três romancistas baianos no mesmo ano publicam obras que refletem a identidade nacional, partindo no enredo de uma Bahia histórica e matriarca da civilização brasileira, ficções fundacionais para um período histórico de pensar o Brasil, mas com diferenças nas abordagens e com *ethos* baiano em destaque com traços que se tocam. E de tal sorte, a descrição do saveiro no mar da Bahia é quase uma marca imperativa na prosa de ficção desses autores:

Depois da missa reencontraram-se na sacristia; e o padre Salviano com ele caminhou até ao adro da igreja, de onde se avistava, abaixo do morro, o mar, os saveiros de velas içadas e brancas, como grandes gaiotas pousadas. (SALES, 2000, p.160).

Essas representações identitárias da Cidade da Bahia que dialogam nos romancistas citados, com destaque a Jorge Amado pela aproximação romanescas dos personagens, refletem o *ethos* baiano que se capilariza pela cultura do produzida nos

artefatos do Território. Essa condição de representar o ethos local problematiza uma das características principais da literatura produzida no Brasil e, no caso da literatura baiana, fica mais evidente essa lógica direta ou indireta das narrativas publicadas em solo baiano ou que tenha a baianidade representada em sua potência. Herberto Sales incorpora ao seu romance a figura de mestre Manuel, do saveiro Viajante Sem Porto – personagem de Jorge Amado:

que nasceu em saveiro e morou sempre em saveiro, aparenta trinta anos, ninguém lhe dá os cinquenta que traz no costado, todo ele é de uma cor só, um bronze escuro, e é tão difícil dizer se é branco, negro ou mulato; é um marinheiro que raramente fala e que é respeitado em toda a zona do cais do porto da Bahia e em todos os pequenos portos onde pára seu saveiro. (SALES,2000, p.134)

Neste ponto, a presença do barqueiro do Recôncavo é configurar o universo mítico baiano na literatura, uma figura de proa que aparece em várias produções literárias, saindo da condição de homenagem ao trabalhador da beira d'água para ser uma grande metonímia do povo baiano, sobretudo, por singrar sem porto em todas as sendas baianas. O barqueiro em travessias pela larga barra da baía.

O personagem baiano barqueiro se configura uma personagem mítica, alegórica, assemelhando-se, em alguns aspectos, a Caronte, o barqueiro e a sua eterna travessia nos mitos gregos. Ou seja, o barqueiro baiano também atravessa narrativas ficcionais, para além do espaço e tempo. Em *Os pareceres do tempo*, mestre Manuel, num diálogo com Policarpo, explica a origem do nome do seu barco:

- Mas, Manuel, que te deu na telha para batizares o teu barco com o nome de Viajante Sem Porto? Olha que estranhei esse nome! Então não tens tu um porto para ti e o teu barco? – tornou Policarpo Golfão, sorrindo e fazendo sorrir também o Almeidão e Quincas Alçada.
- É que esse nome foi dum barco do meu pai – disse mestre Manuel. Enfim, se isto é verdade, também verdade é que vivo de porto em porto com o meu barco, como se porto não tivéssemos ele e eu: quando chego a um, já tenho que partir para outro. Não me parece mau esse nome Viajante Sem Porto. Não o acho nada estranho. E só espero é que o Manuelzito, meu único filho homem, quando mais tarde lhe houver chegado a vez de me substituir, que seja também um mestre e que tenha também o seu Viajante Sem Porto, que haverá detomar o lugar do meu.” (SALES,2000, p. 55)

Herberto Sales lança mão da figura emblemática do barqueiro, uma potência discursiva e aponta um devir para o barqueiro das águas calmas da Baía de Todos os

Santos. E comenta o narrador de *Os Pareceres do Tempo*, numa referência a Jorge Amado. Entendemos como uma travessia – uma terceira margem – a ficção acionando travessias, lendas e representações na memória de um povo, com seus símbolos sendo trabalhadores simples que se movem em águas em suas cartas náuticas de navegação. Cartografias assinaladas em culturas, gestos e afetos:

Praza a Deus que, em dias que não de vir, encontre essa bela região do Recôncavo baiano um escritor que a descreva num livro tão belo quanto ela, que corra o Brasil e o próprio mundo; e que, captando toda a poesia que docemente a impregna, fale dos seus saveiros e da sua gente, talvez dum novo Viajante Sem Porto, talvez dum novo mestre Manuel. (SALES, 2000, p. 66).

Nesse ponto, Herberto Sales espalha com várias pinceladas – e com alguma tintura irônica – as relações identitárias no jogo de identidade e diferença, relações marcadas sempre por construções de poder: os sesmeiros de outrora serão, com as devidas proporções, os coronéis do século XX; as representações artísticas dos indígenas do século XVIII seriam a ancestralidade dos trabalhadores braçais, como podemos inferir, no diálogo abaixo dos personagens Policarpo Golfão com o Fidalgo:

– Não percebo aonde quer o Fidalgo chegar.
– É muito simples. Os índios, graças ao trabalho de catequese feito pelo padre Gumerindo e pelo padre Salgado, convenceram-se afinal de que, para trabalhar a terra, terão de fazê-lo entregando, ao verdadeiro dono dela, a metade do que na terra produzirem. É o sistema de meação. Trabalha o índio, e o dono da terra entra com a terra onde possa trabalhar o índio. De resto, sem a terra onde produza, nada pode o índio produzir. E a terra é o que ele não tem. E cá as terras onde estão os índios são do capitão Policarpo. (SALES, 2000, p. 83).

Com efeito, apesar da menor frequência no romance em relação ao colono e ao escravizado indígena, temos o escravizado negro representado no romance com um forte processo genealógico da violência colonial, com caracteres de crítica à elite e à igreja e sempre a refletir a condição colonial após a travessia do Atlântico Sul. E uma das cenas mais emblemáticas do romance, aparece o cântico de um personagem negro:

E cantava um negro:
Taratatara kundê.
E os outros respondiam, em coro, agitando os braços.
Ninguém entendia o que diziam, o que cantavam eles; mas as palavras, os sons da cantoria deles, impressionavam pela tristeza profunda e doce, pela dolorida melancolia que comunicavam, ao

mesmo tempo em que eram carregados duma aspereza de imprecações dramáticas.

Ao contrário dos negros, os índios conservavam-se em silêncio, no mesmo lugar onde desde o começo estavam. [...] (SALES, 2000, p. 135-6).

Aqui cabe refletir e que será aprofundado em outro artigo que, o romancista se aproxima das concepções favoráveis à mestiçagem como em obras de outros literatos da literatura brasileira, em especial do período modernista. Tendo como pilar as concepções de Freyre. Assim, escritores do período de sua formação intelectual até a metade do século XX, apresentam uma temática mais dialéticas ao processo de formação do Brasil pela concepção da mestiçagem e seus engendramentos sociais. O retorno ao período colonial em busca das identificações históricas que se potencializa nas literaturas e as identidades suturadas da contemporaneidade, não apenas uma genealogia, mas uma representação cultural que atravessaria os séculos e abriria sendas por travessias litorâneas e sertanejas. Nessas tessituras que se espraiam do litoral ao sertão, como um arco a lançar várias setas para cobrir vasto território baiano, o romance herbertiano em análise provoca pela urdidura romanesca – a destacar o labor formal – a formação do povo baiano, com caracteres que serão desdobrados em outros romances como, por exemplo, o processo histórico e seus marcos do coronelismo:

Já era tempo de chegar Policarpo à Bahia com a sua dilatada boiada, e eis que ele chegou. E com ela se dirigiu às terras de Garcia d'Ávila, que em seguida procurou na Casa da Torre. Se já não dissemos, ainda é tempo de dizer que Garcia d'Ávila, que viera de Portugal trazido pelo primeiro governador-geral do Brasil, foi por este bastante favorecido nos seus empreendimentos dele, o que lhe permitiu formar, pouco depois da sua chegada extensíssimo domínio pecuário, que ia do Recôncavo até ao rio Real. (SALES, 2000, p. 197).

Com efeito, o romance infere também a possibilidade de ficcionalizar personagens históricos da cultura baiana, sobretudo pelo papel emblemático à história da Bahia, caso da família Garcia d'Ávila, descendentes de Caramuru e Catarina Paraguaçu, a “nobreza Caramuru”, como denominava Gregório de Matos. Uma estratégia eficiente para refletir o processo histórico e formativo da nacionalidade, subvertendo a lógica do discurso oficial.

A pensar nas identidades culturais do território baiano – e aqui apresentaremos as Baianidades como comunidades imaginadas – é imperativo refletir como uma

questão basilar de que maneira a identidade nacional deriva da representação. Bhabha (1998, p.201) fala em uma metaforicidade dos povos de comunidades imaginadas, ou seja, um significado a partir do espaço conceitual ou real. Em linhas gerais, essa questão torna-se uma dobra de leitura com desvios e resíduos, e esses compósitos residuais formam o corpo literário, marcado fortemente pelo canto de um povo d’algum lugar, e o lugar que atravessa a personagem, mas agora, em conflito emanado pelo (não) pertencimento ao local, com seus códigos e legendas, a serem posicionados em seu movimento metafórico. Isto requer um tipo de *duplicidade* de escrita, uma temporalidade de representação que se move entre formações culturais e processos sociais. Assim, tais movimentos culturais dispersam o tempo homogêneo, visual, da sociedade horizontal. A linguagem secular da interpretação necessita, então, ir além da presença do olhar crítico horizontal se formos atribuir autoridade narrativa adequada à energia não-sequencial proveniente da memória histórica vivenciada e da subjetividade (BHABHA,1998).

Logo, o discurso do espaço fundacional do Brasil é uma das versões mais divulgadas da *ideia de Bahia*. Essa imagem de lugar fundacional do Brasil tem dimensão simbólica bastante representativa na afirmação da cultura baiana. A importância desse passado primordial e esplêndido persiste até no imaginário local através de representações culturais e cívicas, como a do dois de julho, criada no século XIX em decorrência das lutas pela independência do Brasil. Essa data foi potencializada como o grande embate da luta pela independência e na Bahia como o alicerce do novo império.

É importante destacar que a principal cidade da colônia representa o novo. A Cidade da Bahia, já na condição de ex-capital da América portuguesa, se apresenta com a potência de canalizar os ideais nacionalistas, construindo para todo o Brasil um projeto de nação. A Bahia se sentia imbuída de fechar a porta da colonização que ela mesma abriu (CARVALHO, 2009, p.24). Logo, a identidade que nunca é dada, mas sempre construída (HALL,1999, p.49), teve mais uma dobra: a identidade baiana além de representar a gênese da América lusitana, doou seu sangue, suor e lágrima para conquistar a liberdade. Assim, a cultura baiana navegou por essas sendas com uma produção avassaladora da primazia baiana à cultura brasileira, que sinaliza como um sistema de representação cultural – e que cabe destacar – calcado na importância de territorializar a literatura, com marcas de um território que sempre olhou o Brasil

com certo distanciamento, fixando no projeto de ser uma ancestralidade ao projeto nacional.

Uma questão forte que atravessa a pesquisa é a própria ideia de território, entendido num sentido mais amplo que ultrapassa o sentido etnológico e geográfico. Na esteira de Guattari (1986), o território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nas quais vão desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços culturais, estéticos e cognitivos (GUATTARI, 1986, p.326).

Logo, quando pensamos em territorializar a literatura, seria mais dentro de uma lógica temática, cultural e representativa, exercício de pensar o mundo em nossa volta, dentro de uma lógica histórica, por justamente o sujeito (povo) consistir em objetos históricos que atribui ao discurso uma autoridade baseada no pré-estabelecido ou na origem histórica constituída no passado (BHABHA, 1998, p.207).

Assim, as reflexões de Chartier (1991) aparecem enquanto uma promissora possibilidade para indicar um modo de abordagem dos aspectos socioculturais de uma determinada experiência histórica assentando-se em uma tríade: as representações (os discursos que ordenam a realidade); as apropriações (as maneiras como os discursos são compreendidos, reelaborados ou negados pelos grupos sociais); e as práticas caracterizadoras dos grupos na sociedade. Esse teórico francês define como meta “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. O olhar recai sobre as formas de se conferir sentidos ao real, por meio de operações simbólicas e práticas que lhe são correspondentes (CHARTIER, 1990, p. 16-17).

Com efeito, as representações acabam por revelar, também, imposição de um discurso, constituindo-se em estratégia de poder, e assim se configuram lutas de representações, que despontam como consequência natural de um embate de visões díspares sobre o mundo e a ordem social. Neste ponto, observamos a advertência de Leite:

Mas, ainda que adote a ideia de representações de Chartier, não devo pensá-la como um conceito estanque, que sirva de modelo fechado e para pronta aplicação, sem passar por qualquer reelaboração. O contato com as minhas fontes, a minha inserção numa realidade histórica bastante particular, a minha forma de ler os homens em suas relações me fazem pensar de modo particular o referencial da representação. (LEITE, 2012, p. 25).

Desse modo, a análise da representação, coloca-se a questão sobre o sentido das identidades, constituindo-se ela no segundo eixo de aproximação do objeto. Assim, o romance *Os pareceres do tempo* que, em uma análise rápida, pode não ser inserido nos romances que discutem as ideias de Bahia, mas, ao refletir o período em questão assinalado pelo autor – a Bahia do século XVIII – e o processo de colonização, opera um período bastante fecundo àquela discussão, um momento de apogeu, depois que a cidade da Bahia se reergueu da guerra contra os holandeses e expandiu a sua população pelo território.

Logo, a narrativa tem como ponto de partida a vinda para o Brasil do português Antônio José Pedro Policarpo Golfão – “mais crescido nos prenomes, que no sobrenome” (SALES,2000, p. 11) – que recebe uma sesmaria no município de Cachoeira, como reconhecimento do rei de Portugal por seu pai, um fidalgo, cujo nome não nos é dado a conhecer, ter morrido ainda no mar, indo para a Índia, em missão portuguesa. Cabe destacar que a morte do fidalgo tem duas versões:

[..] outra versão da morte do fidalgo: a que ele, entre os da família do tão célebre apelido Golfão, o mais antigo ancestral na tradição referido, encontrou a morte, não no mar, mas na batalha de Alcácer-Quibir, batendo-se contra o gentio, no elevado propósito de no incréu incutir a Fé, com a ajuda eficaz da Espada; isso, sob o comando superior e piedoso de El-Rei D. Sebastião, que ali, desgraçadamente, também pereceu. (SALES, 2000, p.11).

A dualidade de versões sobre a morte do célebre ancestral português já reverbera o tom crítico com que o autor do romance expõe a história do Brasil. A versão oficial com pompa e circunstanciada, e outra menos nobre e mais pervertida. À guisa de explicação, perversão do latim *pervertere* que corresponde ao ato ou efeito de perverter, ou seja, alterar. Uma história pervertida é, em uma das possíveis acepções, uma história alterada, com os seus devidos desvios. Em outras palavras: Uma história a contrapelo. O fato é que, ao escrever a sua versão da história do Brasil, Herberto Sales provoca o leitor a refletir sobre todo processo construído, e logo, todos os discursos são narrativos.

Essa crítica à história nacional, em que pese o intelectual Herberto Sales, pode ser dentro do contexto do sujeito que conviveu no espaço republicano do poder, conhecendo suas regras e sabendo os possíveis engendramentos em um período em que o discurso nacionalista estava fortemente marcado nas práticas sociais. O autor se debruça a fazer uma narrativa com vários pontos sutis – sempre com uma boa dose de

ironia – da história da nação brasileira. E as referências aqui tomadas se respaldam nas discussões de Stuart Hall e Homi Bhabha, a partir das críticas que fazem ao nacionalismo. Ambos são motivados a discutir o tema tendo em vista o aprofundamento das tensões culturais que são típicas da nossa contemporaneidade (por vezes designada pós-modernidade, modernidade tardia ou pós-colonialismo).

Seguindo a trilha de Stuart Hall, entendemos que a identidade nacional desponta na transição entre os séculos XVIII e XIX. A nacionalidade refere-se a uma comunidade de indivíduos supostamente associados por laços de afinidades. A partir da construção de um discurso unificador, as diferenças são minadas, e pela invocação de uma origem comum, de uma tradição, de eventos fundadores e reiteradores do caráter nacional, de imagens, símbolos e rituais compartilhados coletivamente, alinhava-se a narrativa da nacionalidade. (LEITE, 2012, p. 26-7).

Esta se constitui, assim, num discurso que produz um sentido para o corpo que compõe a nação. Segundo Hall, a temporalidade do discurso nacional se situa entre o passado e o presente, colocando-se numa condição de ambiguidade que luta para “se equilibra[r] entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade. (HALL, 1999, p. 56). Herberto Sales desliza entre o arco de escrever uma história da colonização no passado e uma forte crítica ao processo histórico brasileiro com os seus desdobramentos, tendo como ponto de partida a uma narrativa que busca refletir a formação discursiva baiana, e ao maior simulacro da própria nação: a Bahia e suas legendas.

REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, Roberto. *Identidade Baiana*. Salvador: **SBPC Cultural**. 2001. Disponível em <http://www.sbpccultural.ufba.br/identid/semana1/alberga.html>. Acessado em: 02 mar.2016.

ALVES, Ívia Iracema. **Herberto Sales: Biografia**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

AMADO, Janaína. **Construindo mitos: a conquista do Oeste no Brasil e nos EUA**. In: AMADO, Janaina; PIMENTEL, Sidney Valadares. (Org.) **Passando dos limites**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1995a.p.51-78.

_____. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p.

145-151,1995b.

AMBROGI, Marlise Vaz Bridi. **Literatura comentada: Herberto Sales**. São Paulo: VictorCivita, 1983.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e aExpansão do Nacionalismo**. Lisboa: Edições 70, 2005.

ARAUJO, Jorge de Souza. **Floração de Imaginários: o romance baiano no século20**.Itabuna /Ilhéus: Via Litterarum, 2008.

AUGUSTO, Everaldo. **Literatura e documento: histórias e mitos na primeira narrativade Herberto Sales**. São Paulo: Alfa-Omega, 2007.

AUERBACH, Eric. **Mimesis – a representação da realidade na literatura ocidental**. SãoPaulo: Perspectiva, 1998.

AZEVEDO, P. O. DE. **A alfândega e o mercado: memória e restauração**. Salvador:Secretaria de Planejamento , Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. **Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance**.

In: Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. Trad. BERNADINI, Aurora

F. et al. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 397-428.

BHABHA, Homi. **LocaldaCultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRASIL, Assis. **Herberto Sales: Regionalismo e Utopia**. Ensaio. Rio de Janeiro: AcademiaBrasileira de Letras, 2002.

CADENA, Nelson. **80 Anos da Derrubada da Igreja da Sé**. Memórias da Bahia.

IBAHIA. 2013. Disponível: <
<http://www.ibahia.com/a/blogs/memoriasdabahia/2013/08/05/80-anos-da-derrubada-da-igreja-da-se/>>.

COSTA E SILVA, Alberto. Prefácio. *In: BRASIL, Assis. Herberto Sales: Regionalismo eUtopia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

COSTA E SILVA, Valéria Torres da (2006) **A Modernidade nos Trópicos: Gilberto Freyre e os debates em torno do nacional**. Ph. D. Dissertation. University of California,Berkeley. (Publicada em livro com mesmo título, Recife: Carpe Diem, 2009).

COUTINHO, Afrânio. O Regionalismo na Prosa de Ficção. *In:_____*.

Introdução à Literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Bahia e baianos*. Apresentação de Edson Nery da Fonseca. Salvador: Fundação das Artes, 1990. 167.

_____. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. Original de 1933.

GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas.** Trad. Maria Lúcia Machado. Companhia das Letras, 1987. São Paulo-SP.

GÓES, Andrea Beatriz Hack de. **A religiosidade na obra de Herberto Sales.** Salvador: EDUFBA, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. Quem precisa de identidade? *In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Vozes, Petrópolis, RJ: 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil,** São Paulo, Editora Brasiliense, 6ª edição, 2ª reimpressão, 2002.

KLOB, O. **A Vida de Sancto Amaro.** texto português do XVIème. siècle. *Romania.* Paris, vol. XXX, p. 504-518, 1901.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas.** Tese (doutorado) em História Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

LIMA, Frederico. **Marca Bahia no turismo: uma análise sobre a adoção de uma identidade territorial na construção de uma marca -lugar / Frederico Burgos Lima.** - 2008. 118 p.

NOVA L. ; T. FERNANDES. Baianidades, mais definições em trânsito. CULT. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/BAIANIDADE.pdf>> Acessado em: 18, abr, 2016.

NOVA, Luiz; MIGUEZ, Paulo C. **O mito baiano: viço, vigor e vícios.** In: Encontro de

Estudos Multidisciplinares em Cultura, 4., 2007, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2007.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Conhecendo a História da Bahia: da pré-história a 1815**-Salvador: Quarteto, 2013. p.323-324.

ROCHA, Glauber. **Eztetyka da Fome***In*: Revolução do Cinema Novo, Rio de Janeiro,Alhambra/Embrafilmes, 1981, pp. 28-33.

SALES, Herberto. **Além dos marimbus**.8.ed. Rio de Janeiro:col. Aché, 1961.

_____. **Cascalho**. Rio de Janeiro:Ediouro, s/d.

_____. **Os pareceres do tempo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RISÉRIO, Antonio. **Avant-garde na Bahia**. Salvador: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi,1995.

_____. **Uma história da cidade da Bahia**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

_____. **Caymmi: uma utopia de lugar**. São Paulo, Perspectiva, 1993.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP; Salvador:EDUFBA, 2001.

VILMA, Ângela. **A poética da memória**. Tese de doutorado UFPE.Recife, 2008.

_____. **A Tessitura Humana da Palavra – Herberto Sales, Contista**. Salvador: SCT,FUNCEB, 2004.